



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011844-85.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Paulo Sergio Gucci e outro**  
 Embargado: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Em síntese cuida-se de embargos de terceiro ajuizados por **PAULO SÉRGIO GUCCI** e **LUCIMAR APARECIDA CASAGRANDE**, devidamente qualificados nos autos, em face de **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**, nos autos de cumprimento de sentença que tramita sob o nº 1011686-35.2014.8.26.0566 que este último move em face de **LUIS CARLOS DE LIMA NECCHI**, sendo que nesses autos houve solicitação de penhora sobre o imóvel constante da matrícula nº 61.842 a qual foi deferida.

Os embargante aduzem que o imóvel foi adquirido através de escritura pública de compra e venda em 14.09.1994, na qual constavam como proprietários Luis Carlos de Lima Nechi e sua esposa Regina das Graças Guidelli Nechi. Sustentam que embora o embargado tenha ingressado com o feito de execução em desfavor do seu devedor há três anos, somente agora, com a expedição do mandado de avaliação/intimação, foi que tomaram ciência dos fatos. Afirmam que o bem foi adquirido em 1994, enquanto que a ação de execução iniciou-se em 2014.

Pleiteiam a suspensão imediata do processo de execução até decisão de mérito dos embargos, nos autos de execução de título extrajudicial, dos atos executórios em relação ao bem.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Juntaram documentos (fls. 07/24).

Decisão de fls. 34 deferiu o pedido liminar.

Citado, o embargado esclarece que nos autos de execução, sob o nº 1011686-35.2014.8.26.0566 foi solicitada a penhora do imóvel de matrícula nº 61.842 do CRI de São Carlos/SP e que diante da ausência de averbação da compra e venda é que o imóvel foi penhorado. Alega que não tinha como o banco, ou qualquer outra pessoa, ter a ciência da compra e venda realizada, sem os devidos atos do registro e que apenas tomou conhecimento que o imóvel não pertencia mais ao executado na ação principal, quando da interposição dos embargos de terceiro. Não se opõe ao pedido formulado pelos embargantes, e não havendo resistência ao pedido, os presentes embargos deverão ser julgados procedentes.

Impugnação a fls. 53/57.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Procedem os embargos de terceiro.

Pretende os embargantes o levantamento da constrição que pesa sobre o imóvel constante da matrícula nº 61.842, aduzindo que o adquiriram de Luís Carlos de Lima Nechi em 14.09.1994, portanto, antes do início da ação de execução. O embargado contra isso não se insurge e afirma que não tinha condições de saber que imóvel pertencia aos embargantes.

Diante de sua concordância com a liberação da constrição, de rigor que se reconheça a procedência dos embargos de terceiro para excluir a penhora que recaiu sobre o imóvel.

A questão que resta a ser apreciada consiste em saber se cabe ou não a aplicação das verbas da sucumbência em desfavor do credor.

Ora, não se pode falar em condenação do credor, ora embargado, nas verbas de sucumbência, dado que outra não poderia ser a sua conduta para a tentativa de satisfação do seu crédito.

Nesse contexto, o ônus da sucumbência deve ser compatibilizado com o princípio da causalidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não tem o credor condições de saber, antes do ajuizamento dos embargos de terceiro, se o imóvel pertencia ou não aos embargantes.

Em casos análogos, decidiu a Superior Instância: SUCUMBÊNCIA - Embargos de terceiro Impenhorabilidade do bem de família que poderia ser alegada por simples petição - Oposição de embargos de terceiro que não acarreta, necessariamente, a condenação do embargado ao pagamento da verba sucumbencial, se este de pronto concorda com o levantamento da constrição - Aplicação do princípio da causalidade - Recurso provido (TJSP; Apelação 9189397-81.2007.8.26.0000; Relator (a): Tersio Negrato; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 24/10/2007; Data de Registro: 22/11/2007).

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE OS EMBARGOS DE TERCEIRO, tornando definitiva a liminar deferida, levantando a constrição oriunda desse Juízo.

Deixo de condenar o embargado ao pagamento das verbas da sucumbência porque não deu causa ao ajuizamento dessa ação.

Certifique-se nos autos de execução, oportunamente.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 19 de dezembro de 2017.

**Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**